

2. ENTREVISTA

2.1 Luciano Badini

MPMG JUR: Quais seriam, na visão do senhor, os grandes desafios do Ministério Público atualmente?

Luciano Badini: Temos alguns grandes desafios. O Ministério Público brasileiro precisa implementar, com celeridade, indicadores de performance confiáveis, que demonstrem a eficiência da atuação ministerial nas diversas áreas, das tradicionais, como a criminal ou de família, às especializadas. Penso que o sistema de registro único, SRU, que a partir do primeiro trimestre de 2009 terá dados seguros sobre os procedimentos instaurados pela Instituição em todo o Estado, é um primeiro passo, especialmente para que tenhamos essas informações em áreas não judiciais. Mas, não basta. Temos produzido muito mas, infelizmente, não temos, até o momento, como demonstrar a amplitude e relevância dessa atuação. Outro desafio, seria tornar o Ministério Público efetivamente resolutivo, apresentando soluções ou alternativas para as principais demandas sociais.

MPMG JUR: O senhor é um grande conhecedor da atuação do Ministério Público na defesa do Meio Ambiente, já tendo realizado, conjuntamente com o doutor Jarbas Soares Júnior, um extraordinário trabalho que reestruturou e remodelou, no País, o papel do Ministério Público na área ambiental, substituindo a antiga divisão de trabalho por Comarca para consagrar a atuação por bacias hidrográficas. Neste novo contexto, quais seriam as principais conquistas do Ministério Público mineiro na área ambiental?

Luciano Badini: A atuação por bacia hidrográfica contribuiu para que construíssemos soluções regionais para as principais demandas ambientais. Nesta área de atuação, não raro, os limites de Comarca não são suficientes para a construção de soluções efetivas para os problemas observados. A definição de prioridades, formatação de planejamento, a criação de rotina de atuação, o estabelecimento de metas e o suporte à atuação do promotor de Justiça, despersonalizando e institucionalizando a atuação ministerial, foram decisivos, decerto, para o êxito da atuação por bacia. Aliás, agora no CAOMA, pretendo ampliar a área de atuação das coordenadorias das promotorias por bacias hidrográficas. O bom resultado obtido não pode, naturalmente, ficar restrito à bacia do Rio São Francisco e Jequitinhonha. De outro lado, temos que definir novas Coordenadorias “temáticas” para reproduzir o êxito alcançado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico e Minas Gerais.

MPMG JUR: Dividindo os dois modelos de Ministério Público – demandista e resolutivo –, o senhor acredita que o modelo resolutivo seria um canal para a construção de uma nova mentalidade institucional?

Luciano Badini: Seguramente. O modelo tem sido adotado não só nas áreas especializadas, como na ambiental, infância e juventude, defesa dos portadores de necessidades especiais e idosos, e, até, no patrimônio público. Temos que destacar, contudo, que há ótimos resultados, em Minas Gerais, do Ministério Público resolutivo em sede criminal, cível e família, fato que às vezes passa despercebido da sociedade e dos próprios membros.

MPMG JUR: Gostaríamos que o senhor falasse um pouco, na sua visão, sobre o Plano Geral de Atuação, seu conceito, finalidades, princípios e principais balizes para a sua elaboração.

Luciano Badini: O Plano Geral de Atuação sofreu sensível alteração nos últimos anos mas, ainda, não atingiu o objetivo desejado. As metas, regionalmente definidas, devem ser, a meu sentir, mais objetivas. Em regra, atualmente são muito amplas, por vezes programáticas, tornando-se, desta forma, inatingíveis. Por exemplo, seria interessante definir como uma meta regional o tratamento de esgoto sanitário de um determinado município, o maior poluidor, e, como consequência da inserção desta meta no PGA, formalizarmos um termo de ajustamento de conduta por bacia hidrográfica, celebrado por todos os promotores de Justiça que atuam na defesa do ambiente na região a ser beneficiada, com forma e prazo rígidos de cumprimento da referida obrigação. A integração ou o chamado fórum permanente de centros de apoio operacional será fundamental para que a Instituição alcance este objetivo. Por outro lado, percebo que as audiências públicas podem trazer muitos subsídios para a formatação de um novo e eficiente PGA.

MPMG JUR: Gostaríamos de parabenizar o senhor pelo eficiente e revolucionário trabalho no Projeto Sedes Próprias, o qual esteve, e está sob sua coordenação em 2008. Entendemos que esse projeto é um parâmetro para a sedimentação da identidade social do Ministério Público. O que o senhor entende sobre isso?

Luciano Badini: Eu agradeço e registro que o êxito do



Luciano Luz Badini Martins

O Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Luciano Luz Badini Martins é um dos principais articuladores da atual Administração Superior do Parquet mineiro. Aliando sua notória qualificação profissional à sua experiência institucional, Luciano Badini tem desempenhado um papel chave à frente de vários projetos de reconhecida relevância, muitos deles servindo inclusive de modelo a outros Ministérios Públicos do Brasil.

Nessa edição do MPMG Jurídico, iremos conhecer um pouco mais do trabalho desse Promotor de Justiça, a quem prestamos nossa homenagem e reconhecimento.

projeto deve ser partilhado com todos os engenheiros e arquitetos do Núcleo de Engenharia e Arquitetura criado na Procuradoria-Geral de Justiça e com toda a equipe vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa coordenada, com brilhantismo e devoção, pelo Procurador de Justiça Paulo Roberto Moreira Cançado. Elaboramos, em conjunto, no ano de 2005, um amplo estudo acerca das carências e demandas institucionais para, depois, realizarmos um rígido planejamento institucional. Passados três anos, observo que o projeto “sedes próprias” realmente contribuiu para a sedimentação da identidade social do Ministério Público Mineiro e, em algumas Comarcas, resgatou até a dignidade do promotor de Justiça. As principais instituições do país têm sedes, prédios, enfim encontram-se instaladas em locais de acesso à população. Agora, estamos trilhando o mesmo caminho, construindo sedes com o mesmo padrão arquitetônico em todas as regiões. Estou feliz com o resultado que terá continuidade no próximo biênio. Aliás, o planejamento já está concluído até meados de 2010.



Luciano Luz Badini

MPMG JUR: Além do Projeto Sedes Próprias, o Senhor assumiu agora a Coordenação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. Quais são as suas principais metas e os grandes desafios nessa nova função para 2009?

Luciano Badini: Temos alguns grandes desafios. O pri-

meiro é não desapontar a classe que se acostumou com colegas qualificados na coordenação do CAOMA. Como disse anteriormente, devemos ampliar a atuação das coordenadorias das promotorias de bacias hidrográficas. O desafio é alcançar este objetivo com estrutura semelhante a que temos hoje. Já estamos trabalhando num novo planejamento a ser apresentado ao Procura-

dor-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques. Outro objetivo é o de criar novas coordenadorias temáticas, como a do patrimônio histórico, cultural e turístico, coordenada pelo colega Marcos Paulo Miranda, cujo êxito é reconhecido por todos que atuam na área. Será imprescindível, ademais, facilitar o acesso do promotor de Justiça ao Centro de Apoio, com respostas rápidas às demandas apresentadas. Neste sentido, penso que a rotina de atuação implementada pelo Promotor de Justiça Edson Resende no CAO Eleitoral, muito elogiada por colegas em todo o Estado, poderia ser adotada no CAOMA. Além disto, instituiremos, a partir de fevereiro, o boletim ambiental que será quinzenal e encaminhado por e-mail ao colegas que atuam na área. O Centro de Apoio será transferido, ainda em janeiro, para a terceira torre da Procuradoria-Geral de Justiça, já que entendemos que é fundamental a proximidade com a Central de Apoio Técnico. Outras novidades devem ser mantidas em sigilo, ainda estão em gestação...